



*Supremo Tribunal Federal*

**SIGILOSO**

Ofício eletrônico nº 12017/2021

Brasília, 24 de agosto de 2021.

A Sua Excelência o Senhor  
Juiz Federal FELIPE BOUZADA FLORES VIANA  
2ª Vara da Seção Judiciária Federal do Estado de Roraima

Petição nº 9585

REQTE.(S) : SOB SIGILO  
PROC.(A/S)(ES) : SOB SIGILO

(Processos Originários Criminais)

Senhor Juiz,

De ordem, comunico a Vossa Excelência os termos dos despachos proferidos na ADPF 709 e nos autos em referência, para ciência e adoção das providências cabíveis.

No ensejo, apresento votos de elevada estima e consideração.

**Patrícia Pereira de Moura Martins**  
Secretária Judiciária  
*Documento assinado digitalmente*

**MEDIDA CAUTELAR NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 709 DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. ROBERTO BARROSO</b>
<b>REQTE.(S)</b>	<b>: ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB)</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: LUIZ HENRIQUE ELOY AMADO E OUTRO(A/S)</b>
<b>REQTE.(S)</b>	<b>: PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: DANIEL ANTONIO DE MORAES SARMENTO</b>
<b>REQTE.(S)</b>	<b>: PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (P-SOL)</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ANDRE BRANDAO HENRIQUES MAIMONI</b>
<b>REQTE.(S)</b>	<b>: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PAULO MACHADO GUIMARAES</b>
<b>REQTE.(S)</b>	<b>: REDE SUSTENTABILIDADE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: DANIEL ANTONIO DE MORAES SARMENTO</b>
<b>REQTE.(S)</b>	<b>: PARTIDO DOS TRABALHADORES</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: EUGENIO JOSE GUILHERME DE ARAGAO</b>
<b>REQTE.(S)</b>	<b>: PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: LUCAS DE CASTRO RIVAS</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: UNIÃO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL FEDERAL</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONARIO CIMI</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: RAFAEL MODESTO DOS SANTOS</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: CONECTAS DIREITOS HUMANOS - ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: JULIA MELLO NEIVA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: GABRIEL DE CARVALHO SAMPAIO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: GABRIEL ANTONIO SILVEIRA MANTELLI</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: THIAGO DE SOUZA AMPARO</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: ISA INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: JULIANA DE PAULA BATISTA</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - MNDH</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: CARLOS NICODEMOS OLIVEIRA SILVA</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: CONSELHO INDIGENA TAPAJOS E ARAPIUNS</b>

## ADPF 709 MC / DF

AM. CURIAE. :TERRA DE DIREITOS  
ADV.(A/S) :LUCIANA CRISTINA FURQUIM PIVATO E  
OUTRO(A/S)  
AM. CURIAE. :COMISSAO GUARANI YVYRUPA  
ADV.(A/S) :ANDRE HALLOYS DALLAGNOL  
ADV.(A/S) :GABRIELA ARAUJO PIRES  
AM. CURIAE. :FÓRUM DE PRESIDENTES DE CONSELHOS  
DISTRITAIS DE SAÚDE INDÍGENA - FPCONDISI  
ADV.(A/S) :JOSIE DE ASSIS BRASIL GONZALEZ  
AM. CURIAE. :UNIÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO VALE DO  
JAVARI (UNIVAJA)  
ADV.(A/S) :THAYSE EDITH COIMBRA SAMPAIO  
ADV.(A/S) :ALUISIO LADEIRA AZANHA

### DESPACHO:

1. Trata-se de ofício encaminhado pelo Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Roraima (Petição nº 77879/2021), solicitando manifestação deste Relator sobre a possível existência de decisões conflitantes entre a presente ADPF nº 709 e a ação civil pública nº 1001973-17.2020.4.01.4200, sob seus cuidados.

2. Trata-se a última de ação proposta pelo Ministério Público Federal, em face da União, da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, tendo por objetivo proteger direitos da população indígena que vive na Terra Indígena Yanomami. Em seu âmbito, foi deferida antecipação dos efeitos da tutela, com vistas à adoção de medidas para o **combate aos ilícitos ambientais e para a extrusão dos invasores da referida TI, tendo-se elaborado plano para tal fim** (doc. 1287, p. 114).

## ADPF 709 MC / DF

3. Em atendimento ao ofício, esclareço que as decisões tomadas na presente ADPF 709 **não conflitam com aquelas constantes dos documentos disponibilizados**. A ADPF 709 constitui processo objetivo, voltado à proteção dos povos indígenas em geral em face da pandemia, ao passo que a ação civil pública em questão constitui processo concreto, referente à proteção de uma terra indígena e de um grupo de indígenas em específico. Há uma relação de generalidade e especialidade entre as ações, favorecendo ações particularizadas na ACP. Nota-se, ainda, que as decisões adotadas em favor da TI Yanomami são complementares àquelas determinadas pelo STF. Devem, portanto, ser cumpridas em sua integralidade.

4. Nesse sentido, esclareço, ainda, que, no voto que proferi no referendo à medida cautelar, destaquei que a implementação das cautelares não prejudica que se dê continuidade às ações já planejadas e em curso em favor das comunidades indígenas. A ideia é de que a presente ação e todas as outras que estejam em curso se prestem a **ampliar a proteção dos povos indígenas**, extremamente vulnerabilizados sobretudo no contexto da pandemia. Eventuais ajustes e conciliações entre andamentos e decisões proferidas em processos com pontos em comum podem ser promovidos por meio de diálogo entre magistrados, como retrata o ofício aqui respondido, estando este Relator inteiramente à disposição do Juízo para tal fim.

5. Diante do exposto, concluo que **não há impedimento ao prosseguimento da ação civil pública nº 1001973-17.2020.4.01.4200**, perante a 2ª Vara da Seção Judiciária Federal do Estado de Roraima. O Juízo monocrático será intimado, em apartado, para que eventuais medidas, decisões e informações sob sigilo de justiça, proferidas na referida ação civil pública, sejam encaminhadas aos autos sigilosos, em curso perante o Supremo Tribunal Federal, em que se trata do isolamento de invasores.



**ADPF 709 MC / DF**

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 23 de agosto de 2021.

**MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO**

**RELATOR**

Juiz Federal FELIPE BOUZADA FLORES VIANA  
2ª Vara da Seção Judiciária Federal do Estado de Roraima

PETIÇÃO 9.585 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO  
REQTE.(S) : SOB SIGILO  
PROC.(A/S)(ES) : SOB SIGILO

**DESPACHO:**

Determino a intimação do Juiz Federal Felipe Bouzada Flores Viana, da 2ª Vara da Seção Judiciária Federal do Estado de Roraima, para que **eventuais documentos e decisões sigilosas**, pertinentes à Ação Civil Pública de nº 1001973-17.2020.4.01.4200, sejam encaminhados aos autos da Petição Sigilosa 9.585, em curso perante o Supremo Tribunal Federal, devendo zelar pela preservação de toda a cadeia de sigilo.

Intime-se.

Brasília, 23 de agosto de 2021.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**  
Relator